

alt

ATAS

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE VILA CÃ, n.º 2/AF/2023, de vinte e quatro de junho de 2023

Aos vigésimo quarto dia do mês de junho do ano de dois mil e vinte e três, pelas vinte e uma horas e quinze minutos decorreu, no Pavilhão do Grupo Desportivo do Viuveiro, a sessão Ordinária da Assembleia de Freguesia de Vila Cã, estando presentes o Presidente da Assembleia de Freguesia **Manuel Duarte Domingues**, o Primeiro Secretário **Clement Santos Cruz**, a Segunda Secretária **Joana Maria Gameiro Fernandes** e os membros da Assembleia, **Joaquim de Jesus Luís**, **Manuel Lopes Jordão** e **Mónica Silva Rodrigues**, eleitos pelo partido PPD/PSD, **Vânia Gonçalves Ferreira** (em substituição de Liliana Adelina Gonçalves da Silva) e **Filipe Ribeiro Gonçalves**, eleitos pelo partido CDS-PP e **José Luís Lopes Brito**, eleito pelo partido PS. Encontravam-se ainda presentes os membros da Junta de Freguesia, **Rogério da Conceição dos Santos** (Presidente), **Maria José Rodrigues Marques** (Secretária) e **Amílcar da Silva Fernandes** (Tesoureiro), para cumprimento da seguinte ordem de trabalhos:

Período de antes da ordem do dia

1. Aprovação da ata da reunião anterior;
2. Leitura / resumo do expediente recebido;
3. Intervenções na generalidade;

Período da ordem do dia

4. Informação do Senhor Presidente da Junta acerca da atividade desenvolvida desde 30 de abril de 2023 até 19 de junho de 2023;
5. Apresentação da informação financeira da Junta de Freguesia em 31 de maio de 2023;
6. Análise e votação da 1ª Alteração ao Mapa de Pessoal de 2023;
7. Análise, discussão e votação da atribuição de material para a construção de passeios para a utilização pública;

Período de intervenção e Esclarecimento ao Público

8. Serão prestados esclarecimentos, nos termos do Art.º 49º da Lei nº75/2013 de 12/9 e dos Art.º 31º e 34º do Regimento da Assembleia de Freguesia de Vila Cã.

O **Presidente da Assembleia** deu início à sessão, quando eram vinte e uma horas e quinze minutos. Começou por cumprimentar os Membros da Assembleia, os Membros do Executivo e os Cidadãos presentes. Referiu ser um honra para a população do Viuveiro incluindo o próprio, receber aqui a Assembleia de Freguesia e explicou que esta era a primeira Assembleia de Freguesia descentralizada deste mandato, agradecendo ao Grupo Desportivo do Viuveiro, a cedência destas instalações para a realização desta Assembleia de Freguesia.

1. Aprovação da ata da reunião anterior:

O **Presidente da Assembleia** colocou a ata em discussão, informando que a mesma foi enviada atempadamente e que não recebeu qualquer sugestão de retificação, concluindo que todos concordavam com o texto da ata. Colocou a ata à votação, tendo sido aprovada por

ATAS

maioria com quatro abstenções dos Membros **Vânia Ferreira, Filipe Gonçalves, Manuel Jordão e Mónica Rodrigues**, que justificaram o voto pelo facto de não terem estado presentes nessa Assembleia.

2. Leitura / resumo do expediente recebido:

O **Presidente de Assembleia** informou que este ponto estava ultrapassado por inexistência de expediente.

3. Intervenções na generalidade:

O **Presidente da Assembleia** abriu uma primeira ronda de inscrições, tendo-se inscrito a membro **Vânia Ferreira** que começou por cumprimentar todos os presentes e fez referência ao autocarro escolar, sobre o qual achava que teria uma vida útil de apenas 15 anos, e que estaria perto desse prazo, questionando qual a solução em vista. Questionou também o que estava a ser feito quanto à porta do Centro Escolar que tinha imensas dificuldade em fechar, e sobre a drenagem do solo na parte traseira das instalações, uma vez que estamos a entrar na fase das férias escolares, altura propícia à prática de alguma intervenção necessária.

Reforçou a necessidade da existência de formação para as funcionárias afetas à Junta, para colmatar algum desgaste físico e mental que possam ter, uma vez que o trabalho com crianças não é fácil e assim fariam uma melhor gestão dos conflitos normais entre crianças.

Fez também referência às imensas queixas que tem ouvido sobre a destruição das hortas, feitas pelos javalis, incluindo a própria, que já tinha sido afetada, questionando o que estava a ser feito nesse sentido.

Tomou a palavra o **Presidente da Junta**, que começou por cumprimentar o Presidente da Assembleia, os restantes Membros da Assembleia, Membros do Executivo e todas as pessoas presentes, agradecendo a sua presença e a disponibilidade da Associação do Viuveiro para a realização desta Assembleia de Freguesia, sendo uma mais-valia para o espaço, poder ser usado, refletindo todo o esforço que uma associação exige, reforçou ainda a importância da descentralização das Assembleias de Freguesia. Em resposta à primeira interveniente explicou que teremos mais 4 anos para utilizar o autocarro, que já teve diversas intervenções, pelo que esperamos que aguente os 4 anos, caso contrário será substituído. Relativamente à porta e à drenagem do Centro Escolar informou que tiveram uma reunião recente onde isso tinha sido debatido fortemente, incluindo o caso de uma criança que se tinha magoado nos espaços que deveriam estar protegidos e ainda não estavam todos, sendo situações que estamos a tenter resolver. Quanto à formação referiu que a Junta estava a dar formação na área do transporte de crianças. Relativamente aos javalis referiu já existirem diversas queixas e que a Junta já tinha feito chegar a mensagem ao ICNF e que iam falar com o Presidente da Associativa a fim de serem tomadas diligências nesse sentido, concordando que era uma praga a nível nacional.

O **Presidente da Assembleia** passou a palavra ao membro **Filipe Gonçalves** que fez referência a um funeral que aconteceu no cemitério de Vila Cã em que o caixão não teria sido colocado com o lado da cabeça para nascente, tal como é habitual, questionando sobre o que se tinha passado. Questionou sobre a estrada da Baltaria, que no seu entender estava a ficar esquecida, uma vez que já se tinha pedido para que fosse reparada ou repavimentada, dado o

ATAS

seu estado lastimável. Questionou também como estava a questão da requalificação da Sede de Freguesia e para quando estava previsto o início das obras. Referiu o polidesportivo, que no seu entender deveria sofrer algumas alterações, tais como ser coberto, serem colocadas bancadas e casas de banho, na sua parte superior colocar máquinas de exercício físico que considera que ficariam melhor junto à zona desportiva do que na zona do Parque Verde. Questionou ainda quando seria executado o Parque Verde e expôs que o CDS entendia que o parque ficaria melhor, mais junto à Sede da Freguesia, próximo dos serviços e do comércio, atrás do edifício da Junta e a longo prazo deslocalizar a zona industrial. Mencionou ainda que sugeriam a colocação do multibanco no muro em frente ao café Sto. António.

O **Presidente Assembleia** deu a palavra ao **Presidente da Junta** que explicou que a colocação das urnas era uma situação em que, por experiência, eram as funerárias e as famílias, que davam as instruções sobre a colocação dos corpos, pois esse aspeto não faz parte do regulamento do cemitério. Já no novo cemitério tudo irá ser feito no sentido de ser regulado. Quanto à estrada da Baltaria, explicou que merece toda a nossa atenção e que era urgente a sua reparação, mas que há cerca de dois dias tinham estado numa outra onde em dias de chuva as pessoas para a passarem teriam de fazê-lo com botas, sendo essa mais prioritária. Explicou que existiam diversas estradas na Freguesia, inclusivamente de acesso a habitações, que não tinham um único metro de alcatrão. Referiu que existe muito a fazer na Freguesia, mas que não se pode fazer tudo de uma vez só. Explicou que estava em plano que a Freguesia de Vila Cã, fosse das primeiras do concelho a receber alcatrão. No que diz respeito ao projeto Sede de Freguesia, esclareceu que é outra situação em que o executivo tem sempre em cima, mas que eram necessárias afinações e melhoramentos. Afirmou que tem intenção de apresentar rascunhos do que se pretende, conversando com as pessoas e percebendo o que for melhor. Concordou que era uma ótima ideia cobrir o polidesportivo, mas que nesta altura a Freguesia, já tem tantos "projetozinhos" que se conseguissem realizar todos, seria maravilhoso, mas que iriam ter em conta a sugestão. Quanto às máquinas de manutenção, explicou que era intenção criar um circuito de manutenção ao longo do percurso do Parque Verde. Explicou ainda que no terreno localizado atrás do edifício da Junta, não se consegue fazer um parque nem um quarto, nem dez por cento do que se consegue fazer lá em baixo, mas que aquele terreno poderia mais tarde ser aproveitado. Afirmou que se houver feedback das pessoas em trocar o parque da zona de baixo cá para acima que trocariam, mas que o Executivo por si só não iria fazer essa troca. Explicou que não será fácil deslocalizar as empresas da zona industrial, mas referiu-se ao novo Parque Empresarial que se irá desenvolver entre Abiul e Vila Cã, que poderá receber novas empresas a um custo aceitável. Resolvemos desenvolver este parque em conjunto com a freguesia de Abiúl, por ser uma mais-valia, pelos apoios que Abiúl pode receber por ser do interior, o que não é o caso de Vila Cã. E pela localização, que tanto favorece uma freguesia como a outra. Quanto ao multibanco referiu já estar feito o levantamento, o projeto e a aprovação da realização da obra, só falta agora a aprovação do projeto pelo Município e pela Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Pombal, para que a obra seja executada pela Junta de Freguesia, no canto junto à escada em frente do café.

O **Presidente da Assembleia** tomou da palavra elucidando que relativamente à obra do Parque Verde e da Sede de Freguesia tinha sido lançado o desafio com os placards que se

40

ATAS

Handwritten signature



encontram nos locais, a solicitar sugestões. Que seria impossível ir pelas ideias de todos e que as obras estão a cargo da Junta e do Município de acordo com as regras que se têm de cumprir, e que quando existir um projeto, ele poderia ser discutido em Assembleia de Freguesia. Reforçou que a sugestão de especialistas seria muito importante, mas que na verdade ainda não existiam sugestões de acordo com o desafio lançado pela Junta de Freguesia. Que seria muito importante, bem mais do que estar constantemente a questionar o que se está a fazer, que os eleitos pudessem enviar sugestões, para se poder avançar.

O membro **Vânia Ferreira** pediu a palavra para referir que pretendia deixar algumas sugestões defendidas pela própria e pela membro Líliana Silva, sugerindo que se conseguisse criar alguma ligação entre o Parque Verde e o terreno atrás da Junta de Freguesia, onde se pudessem colocar umas mesas e que pudessem deixar condições para mais tarde se poder criar um género de passadiços ou trilhos junto ao rio que pudessem criar ligação até Pombal, para se poder realizar atividades como trilhos e caminhadas. Sugeriu ainda que se mantivesse o parque simples, na natureza, em estado puro.

O **Presidente da Assembleia** passou a palavra ao membro **Mónica Rodrigues** que cumprimentou todos os presentes e começou por referir que a requalificação da Sede de Freguesia não é uma obra nada fácil, uma vez que existem a nível topográfico muitas quotas, sugeriu que a Junta começasse por desenhar uma linha a delimitar a área até onde pretendia intervir, uma vez que isso não estava bem explícito, pois a obra iria interferir com os habitantes da envolvente que possivelmente terão de fazer obras de adaptação, os quais terão de ser ouvidos, após a existência do plano. Fez referência à necessidade da existência de um levantamento topográfico rígido com quotas altimétricas, sabendo que seria aquela zona a trabalhar. Elucidou também, que poderiam definir várias fases de intervenção, uma vez que não daria para fazer tudo numa só vez. Explicou também, a necessidade do levantamento dos edifícios envolvidos nas obras, uma vez que precisariam de ser mexidos, condicionados, tratando-se de um levantamento das condicionantes existentes, que são imensas, desde a igreja, ao centro cultural, entre outras. Porque as pessoas precisam de ter noção que alguns edifícios, ao se mexer na Sede irão necessitar de ser requalificados, por se tratar de um todo. Sugeriu que seria imprescindível a criação de uma equipa, que poderia ser do Município, uma vez que envolve o urbanismo e as obras e tudo isso teria de estar em sintonia desde o paisagista, o arquiteto, o urbanista e um representante da Junta. Só posteriormente se passaria para o projeto, que levaria muitas horas para a sua realização. Depois de toda essa parte de conversa com os envolvidos, então passar ao projeto com a introdução de comércio, de serviços e de habitação.

O **Presidente Assembleia** deu a palavra ao **Presidente da Junta** que afirmou que era intenção do Executivo pedir para ligar os dois parques, com um passeio pedonal e que a obra não poderia ser feita toda de uma só vez, porque seria idealizar muito para aquele parque. Que iriam realmente ouvir a população no sentido de perceber se a maioria das pessoas estariam de acordo com o proposto. Que era intenção colocar no parque, estacionamento para cerca de 4 a 6 caravanas, pois neste momento o caravanismo permite um turismo de qualidade, que poderá fazer mexer a economia da Freguesia. Quanto ao passeio pedonal até Pombal, achou interessante, fazendo referência à caminhada do Anel Verde da Sicoense, já praticada

41

ATAS



anteriormente, para fazer lembrar que a intenção estava a ser defendida. Mostraram ao Presidente do Município, que até Abiul existiria trilho, apenas seria necessário fazer uma ponte pedonal e de bicicleta na zona do Castelo. Explicou que o Anel Verde, sairia da Rotunda do Agricultor e terminaria no Açude e que seria uma mais-valia para Pombal, Vila Cã, Abiul e Aldeia do Vale. Que a Sicoense vai continuar com esta caminhada do Anel Verde, para demonstrar que estamos à espera de que o Anel Verde, seja uma realidade.

Quanto à Sede, referiu só terem recebido um *mail* do Sr. Licínio, mas que tirando isso só através de conversas, é que as pessoas iam pedindo algumas coisas, mas que também não estão à espera de que as pessoas apresentem um projeto. Explicou que já tinha estado com um ilustre Vilacanense que lhe apresentou algumas sugestões, algumas ambiciosas, realmente muito boas e que iriam lutar por elas. Que andavam a ouvir as pessoas.

Relativamente à intervenção de Mónica Rodrigues referiu que não seria pelas dificuldades que se iriam demover e que iriam continuar a lutar para fazer a obra. Quanto ao levantamento, estava a ser feito e ao pormenor, pelo arquiteto Jorge Mota, do Município e que já tinha sido entregue à Junta, e que pretendiam que tudo fosse feito de acordo com a vontade da população.

O membro **Mónica Rodrigues** retomou da palavra reforçando que era essencial ter conhecimento dos limites, da igreja, da associação, perceber até onde se pode ir, os limites dos terrenos de cada entidade e perceber o que interessa a cada entidade e ter a preocupação com as acessibilidades a cadeiras de rodas.

O **Presidente da Junta** retomou da palavra explicando que percebia perfeitamente a intervenção feita, mas que também não se poderia ver "*um bicho de 7 cabeças*". Que quanto aos limites da Associação, não via nenhum problema uma vez que até ao momento, são terrenos da Junta apesar de ser intenção escriturar o terreno e não retornar à Junta, a fim de evitar monos. Reforçou a intenção do projeto ser de acordo com a vontade da maioria e que pretendiam colocar Vila Cã na Rota Turística dos Dinossauros. Reforçou que o que não concordava de todo era dormir sobre o assunto da requalificação da Sede de Freguesia e que pretendia começar com um esboço para apresentar aos fregueses.

O **Presidente da Assembleia** tomou a palavra lembrando que regimentalmente o período antes da ordem do dia era de uma hora e que esse período já tinha sido ultrapassado, mas que se poderia prolongar por mais uma hora questionando se alguém via algum inconveniente em se prolongar este período sendo aprovado por maioria com um voto contra do membro José Brito. Passou a palavra ao membro **Mónica Rodrigues** que sugeriu que fosse retirada a passagem dos automóveis da zona centro e que a passagem fosse feita pela parte de trás.

O membro **Vânia Ferreira** solicitou a intervenção deixando o desafio ao Executivo de informar especificamente qual a área que irá ser intervencionada.

O **Presidente da Assembleia** passou de novo a palavra ao **Presidente da Junta** que explicou que o Município estava ainda, em negociações com a empresa detentora do Café Santo António a fim de poder desenvolver algo ainda mais interessante naquela área, de acordo com um mapa apresentado e explicou que estaríamos dependentes do Município para o desenvolvimento do projeto. O **Presidente da Assembleia** retomou da palavra, pediu para que o mapa fosse visualizado por todos os membros da Assembleia e referiu que os limites estavam

ATAS



ainda em estudo e que se estava dependente daquele terreno para prolongar aquela zona e que em primeiro lugar precisávamos de saber se seria possível, para depois se poder passar para o projeto. Referiu que temos a convicção de que o projeto seria o melhor para a nossa Freguesia, otimizando o investimento e fazendo o melhor possível para tornar a Sede da Freguesia mais funcional, mais confortável, mais bonita e mais útil aos cidadãos.

4. Informação do Senhor Presidente da Junta acerca da atividade desenvolvida desde 30 de abril de 2023 a 19 de junho de 2023:

O **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao **Presidente de Junta** que leu o seu relatório sobre as atividades desenvolvidas desde a última Assembleia de Freguesia, de acordo com o documento que tinha sido enviado aos membros da Assembleia de Freguesia, que se anexa a esta ata e dela faz parte integrante. Fez referência ao desfibrilhador que já estava instalado em frente do edifício da Sede de Freguesia e pediu à secretária **Maria José Marques** para explicar a utilização do DAE, referiu que existiam voluntários formados, ela própria, as funcionárias da Junta, a Liliana Silva e a Tânia do Café Santo António, mas que a primeira utilização seria da população e que posteriormente os voluntários seriam contactados a fim de se deslocarem e procederem à ajuda. Explicou também que o balcão BUPI já estava em funcionamento há diversos meses na Junta, que estará até dezembro e que serve para cadastrar terrenos rústicos e que passará a ser obrigatório aquando de uma venda, doação ou herança, e que neste momento é gratuito. Informou também, que ainda existiam vagas nas férias ativas, que tinham limitado as inscrições a 32 crianças, devido aos lugares do transporte uma vez que teriam 2 saídas semanais, pois pretendiam algo dinâmico, tendo também adquirido duas piscinas e um trampolim.

O **Presidente da Assembleia** passou de novo a palavra ao **Presidente de Junta** que continuou a sua intervenção e explicou que quanto ao Bodo das Freguesias, as Juntas de Freguesia foram convidadas a indicar uma coletividade para as tasquinhas durante o Bodo, a representar cada Freguesia do Concelho de Pombal. Vila Cã iria ser representada pela Associação da Pipa e pelo Rancho Folclórico de Vila Cã que iria animar uma das noites. Explicou que também já tinham notificado as coletividades da Freguesia a fim de decidir qual iria representar Vila Cã nas Tasquinhas/Feira de Artesanato de 2023. Quanto à participação da caminhada do anel verde a Junta cedeu o autocarro que levou as pessoas da Associação Sicoense à Rotunda do Agricultor, recolhendo-as posteriormente em Abiul e levou-as de novo à Associação onde teriam as suas viaturas.

O **Presidente da Assembleia** referiu tratar-se de um ponto apenas informativo, mas questionou se haveria algumas questões sobre este assunto e não havendo passou-se ao ponto seguinte.

Ponto 5. Apresentação da situação financeira da Junta de Freguesia em 31 de maio de 2023.

O **Presidente da Assembleia** passou a palavra ao **Presidente de Junta** que apresentou a situação financeira e informou que em caixa existia em 31 de maio o valor de 716,42€, em

ATAS

Handwritten signature

fundo de maneo 125,00€, o que perfazia um total de 841,42€, em depósito na Caixa Geral de Depósitos o valor de 267.221,70€ e em depósito na Caixa de Crédito Agrícola o valor de 48.456,68€, o que perfazia um total de 315.678,38€ de depósitos no banco, ou seja, adicionando o valor de caixa, existia a quantia total de 316.519,80€.

O **Presidente da Assembleia** elogiou a gestão financeira feita pelo executivo, considerando a sua vantagem para fazer face aos investimentos previstos.

O **Presidente de Junta** esclareceu que estavam previstos investimentos em obras como o multibanco e obras no novo cemitério, que seriam feitos pela Junta de Freguesia e estava prevista a aquisição de uma nova carrinha e por isso seria necessária uma boa gestão financeira, dentro do possível, pois o número de funcionários foi aumentado, as máquinas de serviço foram reparadas e existem sempre gastos com combustível. Deu a palavra à **Secretária da Junta** que informou que foi adquirido um frigorífico para o ATL para conservar os alimentos que seriam posteriormente distribuídos pelas famílias carenciadas, função que anteriormente era exercida pelo Centro Social e futuramente será desempenhada pela Junta de Freguesia, tendo a aquisição a garantia de que o Município irá participar com o valor. Foi também adquirida uma máquina de lavar roupa.

O **Presidente da Assembleia** colocou o ponto à discussão, não tendo havido intervenções, pelo que se passou ao ponto seguinte.

Ponto 6. Análise e votação da 1ª alteração do Mapa de Pessoal de 2023

O **Presidente da Assembleia** passou a palavra ao **Presidente de Junta** que por sua vez passou a palavra à **Secretária do Executivo** que começou por chamar a atenção para as informações presentes no verso da segunda folha onde o segundo posto de assistente operacional anteriormente estava como assistente técnico. Informou que a alteração foi feita por questões legais, uma vez que as funções eram de assistente operacional e não poderiam ser desenvolvidas por assistente técnico e que aquela nova alteração teria surgido mais tarde porque a empresa responsável não teria alertado o Executivo de que tal não podia ser feito, mas o número de postos de trabalho iria manter-se. O **Presidente da Assembleia** questionou quantos postos de trabalho estavam ocupados na Junta de Freguesia, parecendo que estavam abertos doze postos de trabalho e nove estavam livres, ao que a **Secretária do Executivo** respondeu que existiam três postos ocupados referentes às colaboradoras Telma, Céline e Fátima e que o posto da ex-funcionária Ana Tenente está livre por ter sido efetivada a sua mobilidade. Todos os outros cinco trabalhadores estão a recibos verdes (manobrador de máquinas e motorista de camião, auxiliar de ação educativa e motorista, auxiliar de ação educativa, serviços gerais e técnica superior, esta a meio tempo). A membro **Vânia Ferreira** questionou se o concurso iria abrir ou já estava aberto ao que a **Secretária do Executivo** respondeu que iriam abrir concurso depois da aprovação do mapa de pessoal. No seguimento da intervenção feita pela membro, que também referiu o facto de outras pessoas fora da Junta de Freguesia puderem inscrever-se, a **Secretária do Executivo** esclareceu que o concurso era público e informou que os únicos lugares que não estariam disponíveis para concorrerem seriam os das colaboradoras Telma e Celine porque se tratava de um processo de mobilidade interna, uma vez que o Executivo considerava que as funções desempenhadas seriam de



ATAS

assistentes técnicas e não operacionais. O membro **Filipe Ribeiro** questionou se o objetivo do concurso seria fazer com que os funcionários a recibos verdes entrassem para o quadro, ao que a **Secretária do Executivo** respondeu que a oportunidade de concorrer seria igual para todos. O objetivo era também deixar de haver recibos verdes.

O **Presidente da Assembleia** colocou o ponto à votação tendo sido aprovado por unanimidade e pediu que fosse aprovado por minuta, o que também sucedeu, com a aprovação por unanimidade.

Ponto 7- Análise, discussão e votação na atribuição do material para construção de passeios para a utilização pública

O **Presidente da Assembleia** solicitou ao **Presidente de Junta** que lesse e explicasse o memorando entregue aos membros. O **Presidente de Junta** leu e explicou o documento, referindo que o apoio prestado estava de acordo com a lei e que seria uma despesa para a Junta de Freguesia, mas necessária uma vez que o Executivo considerou de grande importância ajudar as pessoas a construir os passeios junto às suas casas, pois também seria um contributo prestado à freguesia.

A membro da Assembleia **Mónica Rodrigues** questionou se apenas as casas com licença poderiam pedir o apoio, situação que foi confirmada pelo **Presidente de Junta**. Após a confirmação a membro afirmou que essa licença iria limitar o número de pessoas que iriam usufruir desse apoio, pois apenas as casas mais recentes teriam licença e alertou para o facto de que dessa forma não haveria continuidade nos passeios como desejado, ao que o **Presidente de Junta** respondeu que esse apoio seria para todos, mesmo para as pessoas que não fossem obrigadas a fazer os passeios, mas que o quisessem, desde que tivessem licença para construção dos mesmos.

O **Presidente da Assembleia** esclareceu que a intenção do executivo seria facultar o material para a execução dos passeios e a **Secretária do Executivo** esclareceu que a licença seria para evitar que acontecessem situações de irregularidade como algumas que existem na freguesia que infelizmente teriam de ser demolidas por não respeitarem as regras e não terem as condições necessárias. A seguir o **Presidente de Junta** informou que por questões monetárias era impossível para a Junta fazer os passeios todos da freguesia, pelo que, dessa forma, a Junta iria ajudar a população e a população também iria ajudar a freguesia. A membro **Mónica Rodrigues** alertou para o facto de nem todas as casas terem as condições exigidas pela Câmara para a construção do passeio e a **Secretária do Executivo** informou que no memorando falavam das valetas para dar resposta a essas situações. Perante as dúvidas o **Presidente da Assembleia** reforçou o que já teria sido dito anteriormente pelo Presidente de Junta de que os casos poderiam ser analisados individualmente, pois adiar a aprovação nesta Assembleia não seria benéfico para ninguém. O **Presidente da Assembleia** passou a palavra a membro **Vânia Ferreira** que também reforçou o facto de que a obrigação das licenças serem um motivo de exclusão, porque iria envolver despesas para o proprietário o que iria afastar as pessoas da iniciativa. O membro **Manuel Jordão** considerou uma boa iniciativa, a afirmação que a membro Vânia Ferreira referiu, no entanto considerou que a Junta de Freguesia deveria dar alguma ajuda para a licença de construção do passeio.

ATAS

O **Presidente da Assembleia** esclareceu que a Assembleia não poderia fazer a aprovação sujeita a condições ou a comparações de valores, pois a lei tem de ser igual para todos, sugerindo que a medida fosse votada apenas para o caso das construções novas e, numa próxima Assembleia, iremos deliberar sobre as construções já existentes. A sugestão foi aceite por todos e, em seguida, procedeu-se à votação, tendo a medida, com essa condição, sido aprovada por unanimidade e por minuta também por unanimidade.

Ponto 8. Intervenção do público

O **Presidente da Assembleia** questionou o público sobre se havia alguém interessado em intervir tendo-se inscrito **Lurdes Ilva, Carlos Silva e Armando Duarte**.

A **primeira interveniente** questionou o porquê de no novo cemitério não haver espaço para gavetas uma vez que poderiam ser necessárias, ao que o **Presidente de Junta** respondeu que estaria a ser feito um estudo em conjunto com as agências funerárias para averiguar a possibilidade de colocar gavetas, uma vez que a intervenção para colocação de jazigos seria feita apenas em metade do primeiro talhão do fundo, porque o terreno não teria profundidade suficiente, sobrando ainda 2 talhões. A **Secretária do Executivo** interveio para completar a informação do Presidente de Junta, dizendo que embora as agências funerárias achassem que as gavetas não seriam muito utilizadas, os membros do executivo consideravam que seria apenas uma questão de tempo até que essa situação mudasse e, por isso, o **Presidente de Junta** disse que a realização das gavetas teria de ser muito ponderada, era importante confirmar quais as condições necessárias para a sua realização e se seriam para alugar, vender ou para outras situações. O **Presidente da Assembleia** referiu que o período de concessão de campas era por 20 anos, informação que foi confirmada pelo **Presidente de Junta** que referiu que para o período de concessão de 20 anos o valor pago para aquisição da campa é de 1.000€ e para a renovação da concessão o valor de 40€. Essas medidas evitariam o abandono das campas.

O **segundo interveniente** questionou se seria possível fazer análises à água do Viuveiro uma vez que era consumidor da mesma e não existia nenhuma informação sobre o estado da água.

O **Presidente de Junta** informou que embora fosse possível fazer a análise, foi-lhe dito que não era uma informação fiável pois o facto de a amostra de água analisada ser potável não significava que essa situação não se alterasse algumas horas depois. A mesma opinião foi reforçada pelo **Presidente da Assembleia**, que também solicitou ao senhor **Armando Duarte**, que enviasse uma foto das análises feitas a algumas fontes existentes no concelho de Ourém que segundo afirmou tinham análises periódicas. Foi solicitado por **Carlos Silva** a colocação de uma placa na fonte com a informação de que a água não era analisada. O **Presidente de Junta** e o membro **Manuel Jordão** responderam que a placa já tinha sido feita e anteriormente tinha estado afixada na fonte, referindo "água não controlada".

O interveniente **Armando Duarte**, reportou também uma situação de falta de manutenção na Fonte da Bica da Malha durante mais de 20 anos, que segundo o mesmo só teria sido intervencionada porque alguém superior a si teria pressionado o Executivo, uma vez que ele já teria alertado para aquela situação durante mais de quatro anos e ninguém teria feito nada para resolver. O **Presidente de Junta** tomou a palavra e respondeu que relativamente à qualidade

ATAS

da água iriam mandar fazer análises à água, já relativamente à intervenção na fonte informou que antes do serviço de limpeza no tubo em que foram retiradas as raízes existentes, o Presidente e o Tesoureiro tinham ido ao local e para retirar o máximo de raízes, no entanto chegaram à conclusão que teria de ser intervencionada com máquinas o que veio acontecer mais tarde e que só não tinha acontecido antes, por falta de pessoal e não porque alguém com mais influencia que o interveniente o teria solicitado, pressionando o Executivo.

A interveniente **Lurdes Silva**, solicitou ainda que fossem efetuados melhoramentos no Parque de Merendas do Viuveiro. O **Presidente de Junta** respondeu que durante a visita à Freguesia foram ao local com os representantes da Câmara e ficou decidido que as madeiras que estivessem partidas, podres ou estragadas, seriam arrancadas e por isso num futuro próximo todas as madeiras seriam arrancadas e substituídas com o aconselhamento de um técnico da Câmara.

Esgotada a Ordem de Trabalhos e não havendo mais nada a tratar, o **Presidente de Assembleia** agradeceu a presença e as intervenções de todos, nesta primeira Assembleia descentralizada, informou que haveria mais noutros lugares da Freguesia e deu por encerrada a sessão, às 00h00 do dia vinte e cinco de junho do ano de dois mil e vinte e três, da qual se lavrou a presente ata, que irá ser submetida à discussão e aprovação na próxima Assembleia de Freguesia, após o que será assinada pelos membros da Mesa.

O Presidente da Mesa:

O 1º Secretário:

A 2ª Secretária:

The block contains three handwritten signatures in blue ink. The first signature is at the top, followed by the second and third signatures below it. The signatures are cursive and somewhat stylized.